Jornal
ACMinas

Ano XLIV - Nº 1241
ago/set de 2025

Minas em expansão: entrevista exclusiva com a secretária Mila Corrêa da Costa

Com liderança nacional em energia solar e forte crescimento em inovação, Minas Gerais se consolida como destino estratégico para investimentos sustentáveis. **Pág 18**

O Estado, a sociedade e o Código Civil: evento reúne nomes de destaque do direito brasileiro

Com a presença de Miguel Reale Júnior e Judith Martins-Costa, encontro discutiu os desafios da democracia e os impactos da proposta de reforma do Código Civil.. **Pág 15**

Minas Guide: novo mapa de oportunidades para investir em Minas Gerais

Guia apresenta panorama atualizado do ambiente empresarial com dados estratégicos, indicadores econômicos e oportunidades de negócios para fortalecer a atração de investimentos em Minas Gerais **Pág 8**

2

3 Editorial
Artigo Presidente

4 Economia
Belo Horizonte sanciona Lei Municipal de Liberdade Econômica

5 Seguros
ACMinas e CNSeg lançarão cartilha para divulgar cultura do seguro junto ao setor produtivo

6 Conselhos em Ação
ACMinas comemora aprovação da tipificação de golpes digitais

7 Conselhos em Ação
Planejamento Sucessório nas MPEs

8 Capa
ACMinas faz lançamento do Minas Gerais International Business Guide

10 Conselhos em Ação
ACMinas apresenta sugestões para aprimorar PL 2338/23

12 Seminário Permanente
Reforma do Estado Brasileiro

15 A Reforma em debate
A Reforma em debate

17 Conselhos em Ação
Eventos esportivos para o desenvolvimento de comunidades e economias é tema de palestra

18 Economia
Minas Gerais em ritmo de crescimento: os vetores do novo desenvolvimento econômico

21 Conselhos em Ação
CEME celebra o Dia do Florescer da Autoestima da Mulher

22 Eu, Associado
Eu, associado

23 Artigo
O tempero invisível do sucesso: Bem-estar, sustentabilidade e liderança transformadora

Expediente

Presidente
Cledorvino Belini

Presidente de Honra
José Alencar Gomes (in memorian)

Vice-presidentes
Adriana Rocha Macena Sampaio
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira
Eliane Maria Ramos de Vasconcellos Paes
Gustavo Matos de Figueirôa Fernandes
João Henrique Café de Souza Novais
José Epiphânio Camillo dos Santos
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Marcos Brafman
Modesto Carvalho de Araújo Neto
Paulo Sergio Ribeiro
Ricardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz
Ruy Barbosa de Araújo Filho
Sérgio Bruno Zech Coelho
Wagner Furtado Veloso

Editora Responsável
Gabriela Carvalho
Reg. Prof.: MG 13549 JP

Projeto Gráfico
Nicolle Medina Mota

Diagramação
Viviane da Silva

Repórter
Xavana Jacqueline Alves

Estagiário de Jornalismo
Paulo Santos

Fotos
Fábio Ortolan

Publicidade
José Carlos Cruz (31) 3048-9566 (9560)
josecarlos.cruz@acminas.com.br

Publicação da Associação Comercial e Empresarial de Minas
Registro no 647 no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Belo Horizonte

Redação
Rua Paraíba, 1465, Sala 701, Savassi - Belo Horizonte - Minas Gerais, CEP: 30.130-141 (31) 3048 - 9566 (0715)
gabriela.carvalho@acminas.com.br

Impressão
Imagem Editora Gráfica
Contato: Jeremias - (31)99612-8363

Minas Gerais: Um Centro Estratégico para Investimentos

Cledorvino Belini

Presidente da ACMinas

Minas Gerais consolida-se como um dos principais polos de atração de investimentos do Brasil. Nos últimos anos, o Estado recebeu aportes que superaram R$ 400 bilhões em intenções de investimento, contemplando setores como mineração, energia renovável, agronegócio, indústria automotiva e tecnologia. Esse dinamismo reflete não apenas a força de nossa economia, mas também a capacidade de articulação entre governo, setor produtivo e sociedade civil organizada.

A posição geográfica estratégica de Minas – localizada no coração do país e conectando-se a mais da metade do PIB nacional em um raio de mil quilômetros – torna o Estado altamente competitivo para empreendimentos logísticos e industriais. Outro diferencial relevante é a diversificação da economia mineira. O Estado é hoje líder em mineração, referência no agronegócio e forte na indústria de transformação, mas também se destaca no setor de tecnologia e inovação. A presença de parques tecnológicos, centros de pesquisa, universidades de excelência e startups consolida Minas como ambiente fértil.

Contudo, para que Minas Gerais avance ainda mais, é necessário enfrentar desafios estruturais que limitam o pleno aproveitamento de seu potencial. A infraestrutura logística, por exemplo, ainda depende majoritariamente do modal rodoviário, o que eleva custos e reduz a competitividade. Ampliar a integração ferroviária e a logística multimodal é uma demanda estratégica.

Outro ponto sensível é a burocracia. Apesar dos avanços, trâmites administrativos e regulatórios ainda criam barreiras à velocidade de implantação de projetos. A digitalização, a simplificação de processos e a padronização regulatória são passos fundamentais para tornar o ambiente de negócios mais ágil e eficiente.

A segurança jurídica e regulatória também precisa ser fortalecida. Investidores, especialmente estrangeiros, buscam previsibilidade e estabilidade. Alterações frequentes em legislações tributárias e ambientais podem gerar insegurança e afastar oportunidades. Consolidar marcos regulatórios estáveis é condição indispensável para a expansão dos investimentos.

No campo social, o desafio é preparar a mão de obra qualificada para atender à nova economia mineira, que se expande em setores de alta tecnologia, energia limpa e indústria 4.0. A aproximação entre universidades, centros de pesquisa e setor produtivo deve ser intensificada, garantindo que Minas continue sendo reconhecida por seu capital humano diferenciado.

Outro aspecto fundamental é a necessidade de reduzir as desigualdades regionais. Enquanto regiões como o Triângulo, Central e Sul concentram grande parte dos investimentos, áreas como o Vale do Jequitinhonha apresentam um potencial extraordinário ainda pouco explorado. Muitas vezes lembrado apenas por seus desafios sociais, o Vale é hoje uma das regiões mais promissoras do Estado no campo da mineração. O Jequitinhonha concentra jazidas de lítio, níquel, fosfato, diamante e granito — minerais considerados estratégicos para a economia do futuro.

Valorizar e impulsionar esses recursos, com responsabilidade ambiental e social, é caminho decisivo para transformar o Vale em um novo polo de desenvolvimento sustentável de Minas Gerais. Minas é terra de riquezas e oportunidades. Cabe a nós, como sociedade, transformá-las em prosperidade compartilhada e progresso duradouro.

Belo Horizonte sanciona Lei Municipal de Liberdade Econômica

Projeto facilita a abertura de empresas e flexibiliza regras para empreendedores

A Lei Municipal de Liberdade Econômica, que simplifica o ambiente de negócios em Belo Horizonte e reduz exigências burocráticas para empreendedores, foi sancionada pelo prefeito Álvaro Damião em agosto. A legislação segue os princípios da Lei Federal nº 13.874/2019 e estabelece medidas como presunção de boa-fé do empreendedor, aprovação tácita de solicitações e dispensa de alvarás para atividades de baixo risco.

Para a vereadora Marcela Trópia, autora e articuladora do projeto, a aprovação da lei representa uma conquista para a capital mineira. "Essa lei é uma das principais bandeiras que defendo desde o início do meu trabalho na Câmara. Ela cria segurança jurídica e mais liberdade para quem quer investir na capital e vai permitir que empreendedores gerem empregos e movimentem a economia da cidade de forma mais ágil e eficiente", afirmou.

O projeto teve a coautoria dos vereadores Braulio Lara, Ciro Pereira, Fernanda Pereira Altoé, Flávia Borja, Gilson Guimarães, Henrique Braga, Irlan Melo, Loíde Gonçalves, Professor Juliano Lopes, Professora Marli, Rubão e Wanderley Porto.

"A partir de agora, Belo Horizonte se alinha aos princípios que já vêm sendo defendidos nacionalmente, com a Lei Federal da Liberdade Econômica (13.874/2019), criando um ambiente mais justo, previsível e livre para todos. Seguiremos firmes no propósito de transformar BH em uma capital na qual vale a pena empreender, investir e sonhar grande", concluiu a vereadora.

O que a Lei Municipal de Liberdade Econômica garante?

- Aprovação tácita para atividades de baixo risco que não forem analisadas no prazo;
- Dispensa de alvará para atividades econômicas de baixo risco;
- Fiscalização orientativa (prioriza educação em vez de multas), exceto em casos de alto risco;
- Prazo máximo de 60 dias para resposta de solicitações de liberação de atividade econômica;
- Presunção de boa-fé, com o fim da exigência de cópias autenticadas em cartório;
- Proibição de representação ou reexame de documentos que tenham sido analisados.

ACMinas e CNSeg lançarão cartilha para divulgar cultura do seguro junto ao setor produtivo

Parceria entre as entidades visa fortalecer a conscientização sobre a importância do seguro e ampliar o diálogo com empresas em Minas Gerais

A Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas) e a Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg) anunciaram uma parceria para a produção de uma Cartilha de Seguros voltada ao setor produtivo. O material será distribuído aos associados da ACMinas e tem como objetivo ampliar o conhecimento sobre o papel estratégico do seguro na proteção de ativos e na gestão de riscos.

O encontro aconteceu na sede da ACMinas, com a presença do presidente da entidade, Cledorvino Belini, e do presidente da CNSeg, Dyogo Oliveira. Na ocasião, foram definidas ações conjuntas para promover a cultura do seguro e ampliar sua integração com as atividades empresariais em Minas Gerais.

Segundo Dyogo Oliveira, que assumiu a presidência da CNSeg em 2022, o setor segurador é fundamental para o desenvolvimento econômico do país. "Além de proteger vidas e patrimônios, o seguro contribui para a mobilização de poupança e viabiliza investimentos estratégicos, desempenhando um papel vital na redução das vulnerabilidades enfrentadas por pessoas e empresas", afirmou.

Em 2024, o setor de seguros no Brasil registrou um faturamento de R$ 751 bilhões, com R$ 524 bilhões pagos em indenizações, números que reforçam a relevância e o alcance da atividade.

A cartilha que será produzida pretende esclarecer as principais modalidades de seguros disponíveis, sua aplicabilidade nos diversos segmentos da economia e os benefícios para empresários e trabalhadores. A iniciativa visa, ainda, fomentar o entendimento de que o seguro não é apenas um instrumento de proteção, mas também de estímulo à confiança e ao crescimento do ambiente de negócios.

Para Sérgio Frade, presidente do Conselho Empresarial de Seguros da ACMinas, a iniciativa marca um avanço importante na aproximação entre o setor segurador e o empresariado mineiro. "Queremos mostrar ao setor produtivo que o seguro é uma ferramenta estratégica de gestão. Ele vai além da proteção; é um instrumento que promove estabilidade e segurança para que as empresas possam crescer com confiança e sustentabilidade", destacou Frade.

Também participaram da reunião o vice-presidente da ACMinas e presidente dos Conselhos Empresariais, Marcos Brafman; a presidente do Sindicato das Seguradoras em Minas Gerais (Sindiseg-MG), Andreia Padovani; o vice-presidente do Conselho Empresarial de Seguros, Landulfo Oliveira Ferreira Junior; o presidente do Conselho Empresarial de Agronegócio, Estevão Fiuza; a gerente de Comunicação da CNSeg, Clovis Horta; o diretor de Assuntos Corporativos e Relações Sindicais da CNSeg, André Nunes, e a superintendente do Sindiseg, Claudia Perdigão.

ACMinas comemora aprovação da tipificação de golpes digitais

A Associação Comercial e Empresarial de Minas, por meio dos Conselhos Empresariais de Segurança e de Inteligência Artificial e Segurança Cibernética, comemora um avanço importante no enfrentamento aos crimes cibernéticos em Minas Gerais. A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) aprovou, por unanimidade, a proposta apresentada pela entidade para incluir a tipificação específica de 22 modalidades de golpes digitais nos Boletins de Ocorrência (BO) da Polícia Militar de Minas Gerais.

De acordo com a SEJUSP, a atualização facilitará a identificação dos delitos, permitirá maior precisão estatística e subsidiará políticas públicas voltadas à prevenção e repressão desse tipo de crime. O presidente do Conselho Empresarial de Segurança da ACMinas, Ricardo Diniz, destacou a relevância da medida: "Trata-se de uma conquista coletiva que vai agilizar o registro das ocorrências, facilitar a análise estatística e, principalmente, auxiliar na formulação de políticas públicas de combate aos crimes digitais. Essa tipificação é um passo fundamental para que o cidadão tenha mais segurança e para que as autoridades disponham de informações mais qualificadas para agir", afirmou.

O presidente do Conselho Empresarial de Inteligência Artificial e Segurança Cibernética, Luiz Guelman, salientou que essa ação foi o resultado de uma importante parceria entre a ACMinas e a Sejusp. O trabalho contou com a contribuição do conselheiro Rodrigo Paiva, que trouxe essa demanda; com a categorização técnica elaborada pelo vice-presidente, Alexandre Atheniense e pela contribuição dos demais membros na elaboração do documento final.

Planejamento Sucessório nas MPEs

Conselho de Micro e Pequenas Empresas traz orientações sobre planejamento sucessório.

O Conselho Empresarial de Micro e Pequenas Empresas da ACMinas, presidido por Edvar Dias Campos, promoveu uma reunião dedicada a um tema ainda pouco explorado entre os pequenos empreendedores: o planejamento sucessório. O encontro contou com a participação da advogada Carolina Carvalho Armond, da Armond Sociedade de Advogados, convidada pelo presidente do Conselho. O objetivo da palestra foi esclarecer dúvidas e desmistificar a ideia de que o planejamento sucessório seria uma ferramenta exclusiva de médias e grandes empresas.

Segundo Carolina, trata-se de um processo essencial para negócios de qualquer porte, sobretudo diante de situações inesperadas. A advogada compartilhou sua própria experiência para ilustrar a importância do tema. Ainda como estagiária, ela enfrentou a súbita incapacidade de seu líder, que deixou a gestão do escritório sem direção. "Naquele momento, só existiam projetos de sucessores: eu e meu irmão. Tivemos que assumir de imediato, passando de advogados faz-tudo para gestores que delegavam em todas as áreas", contou.

Carolina explicou que há três fatores principais que podem desencadear a sucessão: incapacidade temporária, aposentadoria e falecimento. "Muitos associam a sucessão apenas à morte, mas não é somente isso. Qualquer um está sujeito a ser afastado temporariamente ou a se aposentar. Por isso, o planejamento precisa estar previsto", afirmou.

Ela destacou ainda o peso econômico das micro e pequenas empresas no Brasil, que representam 86,6% dos estabelecimentos formais responsáveis por gerar empregos no setor privado, segundo dados do Sebrae, IBGE e consultoria PwC. O planejamento sucessório, explicou, funciona como um conjunto de ferramentas estratégicas que determinam a transmissão do patrimônio e da gestão da empresa de forma organizada. Entre as principais vantagens, Carolina citou maior segurança jurídica, respeito à vontade do proprietário, continuidade das atividades, redução de disputas judiciais e a proteção da clientela diante de imprevistos. "O único desafio desse processo é que ele obriga o titular a encarar questões sensíveis, como laços afetivos, divisão de patrimônio e até mesmo seu eventual falecimento", observou.

QUEM TEM UNIMED-BH
TEM DESCONTO NAS DROGARIAS
PACHECO E NA DROGARIA SÃO PAULO

%

Apresente seu CPF e tenha descontos exclusivos.

Clientes Unimed-BH garantem até 70% de desconto em medicamentos, em mais de 1.600 lojas ativas das Drogarias Pacheco e Drogaria São Paulo.

15% a 70% em genéricos tarjados

10% a 50% em medicamentos de marca e similares tarjados

5% em medicamentos sem prescrição

Conheça todos os benefícios que oferecemos para você.

Unimed Belo Horizonte

Drogaria SãoPaulo Cuidando de você desde sempre.

drogarias Pacheco Vai na certa. Vai na Pacheco.

Válido em todas as unidades da Drogaria São Paulo e Drogarias Pacheco.

ACMinas faz lançamento do Minas Gerais International Business Guide

Publicação estratégica para atração de investimentos em Minas Gerais

A ACMinas lançou, por iniciativa do Conselho Empresarial de Relações Internacionais, a 13ª edição do Minas Gerais International Business Guide, uma publicação estratégica que reúne dados, informações econômicas e oportunidades de negócios com o objetivo de posicionar Minas Gerais como um dos principais destinos de investimentos do país. O Guide circula entre empresas, representações diplomáticas e instituições de fomento ao comércio internacional.

A publicação é voltada a empresários, investidores nacionais e internacionais, órgãos públicos, instituições de fomento e tomadores de decisão interessados no desenvolvimento sustentável e competitivo do estado. "Mais do que uma publicação, o Minas Guide é uma bússola para quem busca novos caminhos de crescimento. Ele traduz, em dados e análises, o que nós, mineiros, já sabemos: Minas tem potencial, tem estrutura e tem visão de futuro", afirma Cledorvino Belini, presidente da ACMinas.

"O Minas Guide é fruto do trabalho criterioso e dedicado do Conselho e traduz o compromisso da ACMinas com a promoção da internacionalização da economia mineira. Ao longo de suas edições, tornou-se referência pela qualidade das informações, pela confiabilidade das fontes e pela capacidade de orientar e apoiar decisões estratégicas no ambiente globalizado em que vivemos. Neste contexto, o comércio exterior em Minas Gerais tem desempenhado papel essencial para o crescimento econômico do estado, ampliando mercados, diversificando a pauta exportadora e atraindo investimentos internacionais. O Minas Guide acompanha essa dinâmica, sendo uma ferramenta de alto valor para quem busca compreender as oportunidades, os desafios e as tendências que moldam esse cenário", afirmou Claudio Motta, presidente do Conselho Empresarial de Relações Internacionais da ACMinas.

Além da versão imprensa em inglês/português, o guia se apresenta no site em seis idiomas (italiano, espanhol, inglês, mandarim, francês e português) e seus dados são atualizados a cada trimestre, tornando-se uma ferramenta de apoio para os órgãos governamentais, Câmaras de comércio e o corpo Consular.

O Minas Guide apresenta um panorama aprofundado das vocações regionais, cadeias produtivas, infraestrutu-

ra logística, ativos econômicos, polos de inovação, além de dados atualizados sobre o ambiente de negócios em Minas. Com linguagem acessível e formato editorial moderno, o guia se propõe a ser uma ferramenta prática e estratégica para quem deseja investir ou empreender em solo mineiro.

O momento do comércio e as relações internacionais

O evento contou também com a especial explanação do ex-secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais e atual cônsul-geral honorário do Japão em Belo Horizonte, Wilson Brumer, sobre "O momento do comércio e as relações internacionais". Brumer começou falando sobre uma percepção ruim dos investidores estrangeiros sobre o momento de investimentos no Brasil, mas tranquilizou e pontuou que essa percepção é errônea e que, apesar dos problemas, o Brasil tem grande potencial no comércio exterior e Minas Gerais é um Estado que precisa aproveitar esse potencial.

Ele reforça que, para os próximos anos, Minas Gerais precisa estar focada na exportação de bens manufaturados. "Não somos competitivos em todos as commodities e nem somos contra exportar commodities, mas certamente precisamos investir em agregar valor naqueles em que somos competitivos. Não há chance de existirem empresas competitivas em um país não competitivo."

Brumer destacou que o cenário internacional apresenta uma série de desafios que também se configuram como oportunidades: a ascensão de novas economias, a fragilidade de cadeias produtivas, o potencial inexplorado dos recursos estratégicos brasileiros e a corrida global pela descarbonização. "Todas essas questões são, ao mesmo tempo, gargalos e janelas de oportunidade. Mas, para aproveitá-las, precisamos de mudança estrutural", alertou.

Entre as propostas apresentadas pelo cônsul, está a necessidade urgente de uma parceria efetiva entre o setor público e o setor privado. Para ele, ideologias devem ser deixadas de lado em prol de uma pauta nacional comum de desenvolvimento e inserção internacional. "Um bom negócio é aquele em que ambos os lados fazem concessões. Não podemos continuar com o setor público e o setor privado negociando em lados opostos da mesa. Precisamos estar do mesmo lado", defendeu.

Brumer também criticou a atuação atual da diplomacia brasileira, que, segundo ele, precisa assumir um papel mais ativo na promoção comercial. "Nossos embaixadores não podem ser apenas figuras políticas. Eles precisam vender o Brasil e vender Minas para o mundo", enfatizou.

Encerrando sua fala, Brumer fez um apelo pela formação de novas lideranças empresariais e políticas, com visão pragmática e foco no progresso. "Quando a FIESP falava, Brasília tremia. Precisamos resgatar esse protagonismo. O Brasil carece não apenas de lideranças políticas, mas também de lideranças empresariais comprometidas com uma agenda de competitividade real", concluiu.

SISTEMA COMÉRCIO MG
DESVENDE UM FUTURO DE SUCESSO PARA SEU NEGÓCIO EM MINAS!
CNC · Fecomércio MG · Sesc · Senac · Sindicatos Empresariais
Sistema Comércio

ACMinas apresenta sugestões para aprimorar PL 2338/23

Empresários mineiros contribuindo para o futuro da Inteligência Artificial no Brasil

A ACMinas, por meio do seu Conselho Empresarial de Inteligência Artificial e Segurança Cibernética, apresentou ao deputado federal Reginaldo Lopes sugestões para aprimorar o Projeto de Lei (PL) 2338/23. Esse PL visa regular o desenvolvimento, o fomento e o uso ético e responsável da Inteligência Artificial (IA) no Brasil. O deputado federal é vice-presidente da Comissão Especial encarregada de elaborar o parecer do PL, que se encontra em aprovação na Câmara dos Deputados.

As sugestões foram debatidas e organizadas dentro do Conselho e previam propostas estruturadas a partir das seguintes premissas orientadoras:

- A inteligência artificial deve ser empregada exclusivamente para promover o bem-estar dos cidadãos e a prosperidade das empresas;

- O porte das empresas deve ser considerado na definição das obrigações regulatórias e das sanções aplicáveis, especialmente em benefício das microempresas, pequenas empresas, cooperativas e startups;

- A regulação deve estimular ganhos de eficiência, produtividade e competitividade nos processos empresariais;

- Deve-se reconhecer que o Brasil ainda não integra o grupo de países líderes no desenvolvimento de plataformas de IA, sendo, neste momento, predominantemente um usuário intensivo da tecnologia produzida no exterior;

- Direitos e deveres dos cidadãos e das empresas já estão explicitados na constituição e nas leis em vigor e não precisam ser reiterados ou modificados;

- Erros operacionais eventualmente cometidos por sistemas de IA devem ser identificados e corrigidos, mas não podem servir como justificativa automática para a proibição do seu uso;

• Em virtude da natureza transversal da inteligência artificial, a autorregulação setorial é entendida como o modelo mais adequado e eficiente de governança;

• Normas vinculantes são mais eficazes do que diretrizes genéricas para promover segurança jurídica e previsibilidade regulatória;

• A responsabilização direta é de difícil aplicação, dada a complexidade do ecossistema de IA e a multiplicidade de fontes de dados e conhecimento envolvidas;

• Buscar desenvolver e reter profissionais de IA e empresas especializadas nessa tecnologia no País;

• Adequar o nível da regulação à evolução da tecnologia ao longo do tempo;

• O marco regulatório deve abranger, de forma específica e proporcional, os sistemas de inteligência artificial embarcados em dispositivos físicos com potencial risco à sociedade, como veículos autônomos, robôs, drones e outros equipamentos automatizados.

Deputado destaca contribuição da ACMinas na construção do PL 2338/23

Em entrevista ao Jornal ACMinas, o deputado Reginaldo Lopes destacou a importância da participação do setor produtivo na formulação e nas sugestões de alterações de projetos de Lei. E que o material entregue pelo corpo técnico da ACMinas será de grande valia.

• Em sua opinião, qual o papel da participação dos empresários na construção e aprovação do PL 2338/23?

A participação dos empresários é essencial porque eles vivenciam, no dia a dia, os efeitos diretos de qualquer alteração regulatória sobre a economia, a inovação e o emprego. Ao trazerem sua visão prática, contribuem para que a legislação não seja apenas teórica, mas de fato aplicável e eficaz. O papel deles é complementar o olhar dos especialistas técnicos e do setor público, garantindo que a lei seja ampla, inclusiva e capaz de gerar impactos positivos para todos, da criança ao idoso, passando por todo o ciclo de desenvolvimento da sociedade.

• Como a expertise do setor privado pode contribuir no aprimoramento da legislação?

A expertise do setor privado ajuda a identificar pontos críticos que podem ser ajustados antes mesmo da aprovação da lei. Empresários conhecem os gargalos produtivos, as tendências tecnológicas e as necessidades do mercado. Esse conhecimento prático permite apontar tanto os riscos quanto as oportunidades, fornecendo insumos valiosos para que o texto final da lei tenha equilíbrio: garantindo proteção e segurança para a sociedade e, ao mesmo tempo, condições favoráveis para o desenvolvimento econômico e tecnológico.

• O envolvimento dos empresários no debate sobre o PL 2338/23 pode mitigar riscos para o ambiente de negócios e assegurar que as novas regras não criem barreiras?

Sim. Quando o setor empresarial participa ativamente do debate, é possível antecipar impactos que poderiam, sem essa escuta, transformar-se em barreiras. Esse envolvimento funciona como um mecanismo de prevenção: evita que a lei crie entraves desnecessários, garante maior previsibilidade jurídica e fortalece a confiança no ambiente de negócios. Além disso, o diálogo entre empresários, sociedade civil e poder público aumenta as chances de alcançar um ponto de equilíbrio que favoreça não apenas setores específicos, mas toda a sociedade brasileira.

Reforma do Estado Brasileiro

O Seminário Permanente da Reforma do Estado Brasileiro, promovido pela ACMinas, segue mobilizando especialistas e lideranças em torno dos desafios e caminhos para a modernização da administração pública no país. Confira quem esteve conosco nas últimas edições.

Paulo Delgado apresenta análise econômica e política do Brasil na ACMinas

O crescimento do PIB e a tarifa de Trump foram abordados no evento

"Entre 2015 e 2024, quando começou a crise política, o Brasil cresceu 0,8% e o resto do mundo 3,3%. A produtividade é incomparável. Se nós tivéssemos acompanhado o PIB mundial, seríamos 77% maiores do que somos hoje, com renda e lucros maiores. Quanto mais se arrecada, mais se pode distribuir", afirmou o sociólogo, deputado constituinte e ex-deputado federal, Paulo Delgado, no Seminário Permanente da Reforma do Estado Brasileiro, em 28/07.

De acordo com ele, não se pode criar um país de assistidos onde as pessoas são desestimuladas a trabalhar, porque o Estado resolve o problema. "O Estado não pode privatizar a bondade humana. E essa desaceleração de crescimento não significa recessão, mas é uma desaceleração permanente. Não quebramos, mas estamos partidos e não conseguimos avançar muito", acrescentou Delgado.

Tarifas de Trump

O sociólogo, deputado constituinte e ex-deputado federal aproveitou para analisar os impactos das tarifas anunciadas pelo governo dos Estados Unidos. "Os EUA estão perdendo a hegemonia mundial. O Trump precisa aumentar a arrecadação americana e ele imagina que a arrecadação não cresce, porque os imigrantes retiram dinheiro de lá", relatou. "O que acontece na verdade é que os imigrantes tiram dinheiro de onde os americanos não querem gastar, que são atividades simples, como as funções primitivas", completou.

Ele ainda salientou que "há um erro que o Brasil não está percebendo: os EUA têm limitações produtivas. Eles têm alta tecnologia, mas falta a matéria-prima. Já o Brasil não tem tecnologia, mas tem matéria-prima. É um conflito de porco-espinho, porque um não pode se aproximar do outro por achar que receberá espinhos e imaginar que na solidão é onde vão crescer mais. Isso afeta tanto os EUA quanto o Brasil."

Paulo Rabello defende "supercapitalismo" e revisão constitucional em palestra na ACMinas

Economista propõe plano para aumentar o PIB per capita do Brasil a partir de 2027 com reformas estruturantes e participação popular na economia

Em mais uma edição do Seminário Permanente da Reforma do Estado Brasileiro, o convidado foi o economista Paulo Rabello de Castro, que apresentou um ousado plano para impulsionar o crescimento do Brasil a partir da próxima década. Rabello, que foi o 34º convidado do seminário, defendeu que o país precisa passar por uma revisão profunda da Constituição Federal de 1988, a ser iniciada imediatamente e votada até 2027, como ponto de partida para um novo ciclo de desenvolvimento.

Em sua fala, o economista propôs um "emendão" constitucional que sirva de base legal e estrutural para transformar o atual modelo econômico e social brasileiro. "Precisamos nos mobilizar! Talvez juntar alguns nomes em um grupo de trabalho e já começar a

revisar os artigos. Modesto Carvalhosa já tem bons trabalhos sobre isso. Nós temos que começar agora!", enfatizou.

No centro de sua proposta, está a criação de um novo modelo que chamou de "supercapitalismo" ou "capitalismo social", caracterizado por uma economia de mercado com forte inclusão da população mais pobre na geração de riqueza. "Precisamos de um capitalismo em que toda a sociedade participe. Trabalhadores sendo sócios das empresas, pobres deixando de depender do governo para se tornarem ricos. É isso que pode tirar o Brasil do atraso", defendeu.

Rabello argumentou que o país investe mal os recursos públicos, priorizando programas assistenciais em detrimento de investimentos produtivos. Ele comparou o desempenho brasileiro com o de países de renda média durante o regime cívico-militar, elogiando a taxa de investimento interno da época. "Não existe crescimento sem investimento. Hoje, o Brasil está preso em um modelo de gasto social que não constrói futuro", afirmou.

A "C.O.V.I.D." como doença social a ser enfrentada

Um dos momentos mais marcantes da palestra foi quando o economista apresentou o conceito da "C.O.V.I.D.", que, segundo ele, representa os principais entraves sociais do país atualmente:

Custo de vida / Ódio social / Violência / Ignorância / Doenças

Segundo Rabello, o "ódio social" é especialmente alarmante e estaria alimentando a violência urbana e a desesperança de parte da juventude brasileira. "Alguns adolescentes não vão para a guerra porque não temos uma, mas estão em uma guerra urbana, na criminalidade. A esquerda até identifica o problema, mas manipula a solução com programas como o 'Pé de Meia'. Não se fala da qualidade do ensino. Isso é um erro grave", criticou.

Rabello também destacou a necessidade de uma nova liderança política para as eleições presidenciais de 2026, que represente os valores do trabalho, da produção e do empreendedorismo, em contraste com o assistencialismo. "Vamos ter uma clivagem entre assistência e trabalho. O próximo presidente tem que se apresentar como o presidente do trabalho. Se você quer continuar jogando sinuca, pelo amor de Maria, não vote em mim. A maioria dos brasileiros quer trabalhar", disse, arrancando risos e aplausos da plateia.

Encerrando sua participação, o economista fez duras críticas à atuação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e aos sucessivos déficits da Previdência Social. Ele sugeriu a reformulação do sistema previdenciário e a criação de uma nova comissão técnica para o CMN, que seja capaz de propor soluções reais ao problema fiscal do país. "A recente fraude do INSS foi uma bênção. Ela serviu para mostrar que os ratinhos estão todos em um lugar só", afirmou, em tom irônico.

A Reforma do Estado Brasileiro com Foco nos Municípios

Marcelo de Souza e Silva defendeu um novo Pacto Federativo no país

"Hoje, 60% dos impostos arrecadados no país vão para a União e cerca de 25% para os Estados. Os municípios ficam somente com 15%, e são os entes federados com a maior quantidade de atribuições. Ninguém vive na União ou nos Estados. As pessoas vivem nos municípios". Com essa abertura, Marcelo de Souza e Silva, presidente da CDL/BH e presidente do Conselho Deliberativo de Sebrae Minas, iniciou sua palestra para o Seminário Permanente da Reforma do Estado Brasileiro e abordou temas como o municipalismo e as reformas que o país demanda.

Segundo ele, "o novo Pacto Federativo está na pauta do Congresso e do Governo Federal há pelo menos 15 anos. Mas, mesmo com a mobilização de prefeitos em tantas marchas a Brasília, tivemos pouquíssimos avanços". Para Marcelo, a questão dos municípios no país já é evidente. A cada dia que passa, aumenta o número de áreas, como a infraestrutura, a saúde, a educação e outras, que ficam sem apoio do estado para funcionar e os municípios não têm mais lugar onde procurar arrecadação para suprir a falta.

"O público empresário precisa ter isso bem correto na mente. Geralmente não discutimos questões de legislação e política, mas isso é importante. Antigamente, os cidadãos discutiam e votavam as legislações e atualmente, com o advento da tecnologia, seria muito mais fácil votar uma reforma." Entre as principais implementações necessárias, ele pontua a criação de instrumentos que permitam o municipalismo; a capacitação dos gestores públicos municipais para que possam entender e aplicar os novos instrumentos jurídicos; a desburocratização e uma rapidez na execução dos processos do Estado por meio de uma reforma administrativa; uma descentralização de verdade, de forma a descentralizar não só as responsabilidades do Estado mas também os recursos; uma valorização dos servidores públicos competentes e da iniciativa privada com confiança e crédito; a reformulação dos programas de assistencialismo e, por fim, trazer a reforma previdenciária.

Nesse ponto da palestra, o presidente da CDL/BH também parabenizou a ACMinas pela iniciativa dos Seminários Permanentes pela Reforma do Estado Brasileiro, sendo eles uma ferramenta para trazer as instituições e representações empresariais e cidadãs não só de Minas Gerais, mas de muitas partes do país de forma conjunta para discutir amplamente as questões que precisam ser transformadas no país.

Para concluir, ele propôs uma reflexão: "Atualmente, cerca de 80% dos vereadores da câmara municipal de Belo Horizonte estão planejando concorrer a um cargo estadual ou da federação, então como vamos trazer essas questões do município se eles nem estão com a cabeça nisso? No final, não adianta fazermos uma reforma política, sem fazer uma reforma administrativa ou uma previdenciária, está tudo ligado," e finalizou.

“A Reforma em debate”

Evento reúne juristas, empresários e acadêmicos para discutir desafios institucionais e o futuro do Código Civil

A Associação Comercial e Empresarial de Minas - ACMinas, o Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) promoveram o evento A reforma em debate – O Estado, a sociedade e o Código Civil. A palestra magna do primeiro dia do encontro foi conduzida pelo professor Miguel Reale Júnior, jurista de renome, professor titular da Faculdade de Direito da USP e ex-ministro da Justiça.

Diante de uma plateia formada por advogados, empresários, acadêmicos e estudantes, Reale Júnior apresentou uma análise histórico-institucional da República brasileira, destacando o papel do Poder Judiciário como garantidor da Constituição e alvo recorrente de tentativas de enfraquecimento.

Um diagnóstico sombrio

Logo no início de sua fala, o jurista afirmou que “o Brasil está doente” e atravessa um “momento sombrio”, marcado por desorientação institucional e pelo confronto entre os três Poderes. Para ele, Executivo, Legislativo e Judiciário frequentemente ultrapassam seus limites constitucionais, gerando desequilíbrios que corroem a estabilidade democrática.

Reale recuperou episódios históricos desde a Proclamação da República para ilustrar como o Supremo Tribunal Federal (STF) foi, ao longo do tempo, tanto protagonista quanto alvo de ataques. Ele lembrou casos emblemáticos, como as disputas envolvendo Floriano Peixoto no fim do século XIX, os abusos de poder durante o Estado Novo de Getúlio Vargas e as restrições impostas pelo regime militar de 1964.

Apesar de reconhecer eventuais excessos, o palestrante reforçou a importância do STF como fiador da democracia. “O Supremo Tribunal Federal é o efetivo guardião da Constituição brasileira, porque coloca os órgãos nos seus lugares”, destacou. Segundo ele, decisões recentes demonstram a tensão atual: propostas legislativas que tentam limitar ou anular decisões do STF seriam, em sua avaliação, repetições de velhas tentativas de “nulificação do Judiciário”.

Reale Júnior voltou-se, então, ao cenário presente. Criticou duramente a proposta de anistia aprovada na Câmara dos Deputados, classificando-a como “desvio de finalidade” e advertindo que sua aprovação representaria afronta ao Supremo. Para ele, diferentemente da anistia de 1979 — inserida em um contexto de transição democrática —, a atual não busca pacificação, mas sim criar condições para novos retrocessos.

Reformas estruturais

O ex-ministro defendeu que a superação da crise institucional exige mudanças profundas no sistema político. Para ele, o presidencialismo brasileiro se desgastou e precisa ser substituído por um modelo que inclua mecanismos de equilíbrio — como o semiparlamentarismo. “Prestigiar o Supremo Tribunal Federal já é metade do caminho. A outra metade é mais difícil: mudar o sistema presidencialista instalado”, resumiu.

Encerrando sua exposição, Reale Júnior convocou a sociedade civil a se engajar na defesa da democracia. “Não vamos desanimar, apesar de tudo, porque nós somos a voz do direito e a voz da sociedade civil organizada”, concluiu, sob aplausos.

Judith Martins-Costa critica PL 4/2025 e alerta para risco de insegurança jurídica

O segundo dia do ciclo A Reforma em Debate – O Estado, a sociedade e o Código Civil teve como destaque a palestra da professora Judith Martins-Costa, livre-docente e doutora em Direito pela USP, ex-professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e presidente do Instituto de Estudos Culturalistas. A jurista fez uma reflexão sobre a origem dos impasses que afetam a vida cívica brasileira e apontou os fundamentos de uma reforma institucional capaz de fortalecer a democracia e o Estado de Direito.

Segundo ela, o Código Civil ocupa papel central nessa luta, ao oferecer — quando bem estruturado — segurança jurídica contra o arbítrio. Judith resgatou o sentido histórico da codificação como instrumento de proteção social, recordando a definição de Voltaire, em 1764, de que as leis devem ser "claras, uniformes e precisas". Para a palestrante, um código só cumpre sua função quando organizado de forma sistemática, coerente e inteligível. "Não há segurança quando um corpo de leis é contraditório entre si, conceitual e valorativamente", afirmou.

Em tom crítico, a professora apontou que o Projeto de Lei 4/2025, que propõe ampla reforma do Código Civil, caminha na direção oposta dessa tradição. "Esse PL é desnecessário. Ninguém o reclamou. Ele surpreendeu a todos justamente quando celebrávamos os 20 anos do Código de 2002", disse.

Para ela, o texto apresenta contradições textuais, conceituais e valorativas, além de utilizar uma linguagem vaga, marcada por expressões indeterminadas e pouco técnicas. O resultado, advertiu, seria a ampliação da insegurança jurídica e do poder discricionário dos juízes. "As leis, que deveriam assegurar alguma dose de certeza para a vida em sociedade, tornam-se elas próprias a fonte da insegurança", resumiu.

Judith defendeu que reformas no Código devem ser feitas de forma prudente e pontual, preservando o que já funciona e não por meio de uma política de "terra arrasada". Encerrando sua exposição, reforçou que o direito é, acima de tudo, um instrumento de confiança e previsibilidade: "Se não sabemos previamente quais serão as consequências jurídicas dos nossos atos, não há democracia. Há arbítrio".

O evento contou ainda com painéis sobre Responsabilidade Civil; Obrigações e Contratos; Família e Sucessões e Direito Empresarial. Houve apoio institucional da Federação das Indústrias de Minas Gerais- Fiemg; Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Minas Gerais, OAB-MG; Câmara de Dirigentes Lojistas de BH- CDL-BH; Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais- Fecomércio MG; Centro de Estudos da Sociedade de Advogados- CESA MG; Instituto dos Advogados de São Paulo, IASP; Instituto de Estudos Culturalistas- IEC; Instituto Brasileiro de Direito Empresarial- Ibrademp; Associação Mineira de Direito e Economia- AMDE; Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial Brasil- Camarbi; Liga Acadêmica de Direito e Processo Civil- LADPRO; Grupo de Pesquisa Novas Fronteiras entre o Direito Material e o Processo, da UFMG, e Companhia de Saneamento de Minas Gerais, COPASA.

Entrega do Prêmio UAI realizada pelo ex-presidente da ACMinas, José Anchieta da Silva ao professor Miguel Reale Júnior, jurista e ex-ministro da Justiça.

Eventos esportivos para o desenvolvimento de comunidades e economias é tema de palestra

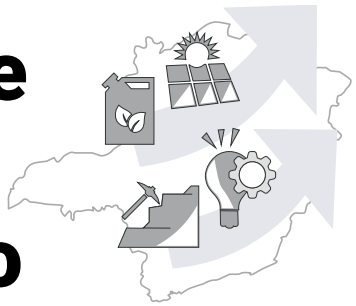
Conselho Empresarial de Esportes da ACMinas foi parceiro de evento

"Nos EUA existem muitas ações voltadas ao esporte. É importante trabalhar na base, pois sem ela a pirâmide não se mantém", afirmou a diretora sênior de parcerias estratégicas em Aspen Institute, Esporte e Sociedade e co-criadora do Programa Global de Mentoria Esportiva, Ashleigh Huffman, durante evento promovido pelo consulado americano em parceria com o Minas Tênis Clube e o Conselho Empresarial de Esportes da ACMinas.

Durante a palestra, cujo o tema "Muito além do esporte: Como eventos esportivos desenvolvem comunidades e economias", realizada no teatro do Centro Cultural Unimed-BH Minas, ela apresentou um dado preocupante. Devido ao sedentarismo, somente duas a cada cinco crianças conseguem passar em testes militares nos EUA. "Começamos a utilizar a Inteligência Artificial (IA) em um mapa de calor, em que conseguimos ver quem mora próximo aos estádios ou ginásios, para entender o motivo de elas não terem acesso ao esporte. Essa iniciativa pode ser implementada aqui também."

O presidente do Conselho Empresarial de Esportes da ACMinas, Pedro Teixeira, esteve no evento e questionou a palestrante a respeito do comitê do governo americano. "Como os EUA abordam sobre a governança no esporte?" "Sei que Trump costuma falar que foi o criador, mas esse comitê já existia há algum tempo. Cada esporte tem sua autonomia e desenvolve suas próprias políticas, regulamentos e treinamentos. Qualquer cidade pode criar a sua própria força-tarefa voltada aos esportes e incluir pessoas no processo decisório", respondeu Ashleigh.

Minas Gerais em ritmo de crescimento: os vetores do novo desenvolvimento econômico



Secretária detalha as estratégias da Sede-MG para atrair investimentos, fortalecer o ambiente de negócios e descentralizar o desenvolvimento econômico em MG

Minas Gerais vive um momento expressivo de desenvolvimento econômico, impulsionado por uma política ativa de atração de investimentos e diversificação dos setores produtivos. Em entrevista ao Jornal ACMinas, a secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mila Corrêa da Costa, avaliou o atual cenário do estado, destacando áreas estratégicas como energia solar, minerais críticos, biocombustíveis, tecnologia e inovação como grandes vetores de crescimento no curto e médio prazo. A secretária também apresentou as prioridades da pasta, os avanços na descentralização dos investimentos, os resultados concretos da diversificação econômica e o protagonismo de Minas na transição para uma economia sustentável e competitiva.

- **Como você avalia o atual cenário econômico de Minas Gerais e quais são os setores com maior potencial de crescimento em curto e médio prazo?**

Minas Gerais passa por um pleno estágio de desenvolvimento econômico. E isso graças às inúmeras iniciativas e políticas públicas do Governo Zema, sobretudo oriundas da nossa Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede), que contribui para a atração de investimentos e diversificação dos setores produtivos. Alguns desses setores, inclusive, demonstram crescimento bastante significativo.

Para se ter uma ideia, Minas está na vanguarda da transição energética e, desde 2019, o Governo do Estado atua para ampliar os investimentos em energia solar fotovoltaica. Rapidamente nos tornamos líderes nacionais no segmento, alcançando 12 GW de capacidade. Ainda na área de energias do futuro, destaco o hidrogênio verde e os biocombustíveis. Além disso, identificamos um grande potencial na produção de minerais críticos e terras raras, em razão das nossas reservas, setor que acompanhamos de perto e em que atuamos de forma propositiva.

Após investimentos recentes do Estado, todas as áreas que envolvem tecnologia e inovação também têm grande potencial de crescimento a curto e médio prazo. Temos a segunda maior representatividade de startups no Brasil e recentemente observamos a chegada de diversos data centers no estado.

- **Quais são as prioridades estratégicas da Secretaria para fortalecer a competitividade do estado?**

Manter um ambiente de negócios atrativo e competitivo sempre foi uma das grandes bandeiras da nossa gestão. Se hoje podemos comemorar um milhão de empregos gerados e recordes na abertura de novas empresas, isso se deve especialmente à segurança jurídica e à desburocratização. Desde 2019, o programa Minas Livre Para Crescer vem garantindo o aprimoramento do arcabouço jurídico dos municípios para que tenham condições de serem mais atrativos aos empreendedores por meio da legislação de Liberdade Econômica. Somos o estado brasileiro com mais municípios que simplificaram suas regras e temos quase 1 mil atividades econômicas dispensadas de alvará para quem quiser empreender.

Além disso, outra iniciativa coordenada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG) privilegia a transformação nas gestões municipais por meio da inovação. O "Cidades do Futuro" é um progra-

ma que já alcança mais de 100 cidades mineiras, em que empresas fornecem soluções gratuitas para simplificar os serviços das prefeituras. No âmbito do Estado, o mesmo acontece com o "HubMG Gov", em que startups e empresas levam inovação para desafios reais da gestão pública.

Para além do aprimoramento do ambiente de negócios, a Sede-MG também tem um eixo de atuação voltado para o estímulo das vocações regionais de Minas. Ou seja, propomos ações para valorizar os pequenos negócios que muitas vezes precisam de incentivos direcionados para despontar. Estamos falando de linhas de crédito junto ao BDMG, capacitações, relacionamento com compradores, fomento ao associativismo e inserção no mercado internacional. Essas ações estão concentradas em políticas públicas, como os Arranjos Produtivos Locais e o Circuito Mineiro de Oportunidades e Negócios.

- **Minas tem diversificado sua economia para além da mineração. Quais são os resultados concretos dessa estratégia até agora?**

Certamente, a atração de investimentos privados é um dos principais índices da diversificação da nossa economia. Para se ter uma ideia, desde 2019, já foram atraídos quase R$ 83 bilhões para o setor de energia solar, um resultado que é onze vezes maior do que Minas atraía em anos anteriores. Outro setor que cresceu expressivamente foi o automotivo e de autopeças, com R$ 41 bilhões atraídos no mesmo período, valor este que é cinco vezes maior do que era observado anteriormente.

Paralelamente, os minerais críticos, área da mineração que há poucos anos passou a despertar interesse relevante de investidores, já atraíram R$ 16 bilhões em projetos no setor. E, de fato, os números reforçam que, em se tratando de produção de fontes de energias mais sustentáveis, Minas tem sido um local estratégico para os investidores. Outro exemplo nesse sentido é o setor sucroenergético, que também despontou com mais de R$ 20 bilhões atraídos.

Além de tudo isso, sabemos, ainda, que infraestrutura é um indicador básico de desenvolvimento econômico. E não à toa esse é o segundo setor que mais recebeu investimentos nos últimos anos. Ao todo, foram mais de R$ 87 bilhões em projetos distribuídos por todo o estado. Portanto, mais do que simplesmente injetar crédito em áreas da economia, o que vemos é Minas é uma diversificação planejada, concreta e racionalizada, pensada em setores estratégicos para gerar frutos a curto, médio e longo prazo em nosso estado.

- **Quais são as principais ações para atrair novos investimentos nacionais e estrangeiros para Minas Gerais?**

Além do nosso constante trabalho para melhorar o ambiente de negócios, a atuação da nossa agência de atração de investimentos, Invest Minas, é fundamental para realizar a ponte entre o Estado, as empresas e os municípios. A interlocução constante com os órgãos e entidades governamentais tem sido um diferencial de Minas para oferecer facilidade e segurança aos empreendedores.

"Hoje Minas é o melhor lugar para investir e inovar no Brasil. Temos um ambiente de negócios seguro, mão de obra qualificada e vocação para acolher quem empreende."

Igualmente, é preciso destacar os importantes investimentos do Governo do Estado em infraestrutura, mobilidade e obras rodoviárias, por exemplo, uma vez que Minas Gerais possui a maior malha rodoviária do Brasil, por onde transitam veículos de todos os estados do país. Além disso, temos um relevante trabalho na ampliação da conectividade aérea com destinos regionais e internacionais. Por fim, a ampliação do fornecimento de energia elétrica, água e gás natural, em todas as regiões do estado, completa esse ciclo de infraestrutura que tem sido essencial para investidores trazerem e ampliarem seus projetos no estado.

- **Como o estado está se posicionando frente à concorrência com outros estados e países para captar grandes projetos?**

Seguindo a tendência global por um futuro mais sustentável, Minas tem conseguido equilibrar ações de desenvolvimento econômico com responsabilidade ambiental e social. Inclusive, fomos o primeiro ente subnacional da América Latina a aderir ao "*Race to Zero*" em 2021, marcando que estamos comprometidos em nos destacar na capilaridade de grandes projetos sustentáveis. Isso, certamente, é algo que é visto de forma muito positiva entre os empreendedores, já que esse cenário global de incertezas faz com que investidores busquem ambientes

mais seguros, nos quais existam ações concretas.

Além deste protagonismo na sustentabilidade, novamente, o nosso ambiente de negócios tem sido um diferencial, com Liberdade Econômica e previsibilidade, elementos indispensáveis para quem quer investir. Outro aspecto importante para toda empresa é saber que pode contar com mão de obra qualificada, e Minas investe em formação. Somos o estado com maior número de universidades federais no país e ainda temos um aporte previsto de R$ 2 bilhões e programas de Ciência, Tecnologia e Inovação até 2026. Além disso, incentivamos a formação técnica por meio do "Trilhas de Futuro", programa que vem garantindo milhares de oportunidades para jovens em todo o estado, por meio de um mapeamento direto com o setor produtivo.

- **Existe um plano para descentralizar investimentos e evitar a concentração em poucos polos econômicos?**

O sistema de desenvolvimento econômico estadual foi concebido de forma robusta e complementar, tanto é que estão vinculadas à Sede-MG entidades que atuam desde a infraestrutura (Cemig e Copasa); a ciência e tecnologia (Fapemig); o empreendedorismo (BDMG); atração de investimentos (Invest Minas); as parcerias e o desenvolvimento regional (Codemge/Codemig); até a regularização fundiária (Cohab).

Essas são algumas das entidades desse sistema que opera de forma sinérgica com foco na geração de emprego e atração de investimentos. Assim, a conversão dos projetos em oportunidades reais para os mineiros é uma das principais preocupações da Sede-MG. A outra é a diversificação, não só dos setores mas também dos territórios. Como se sabe, Minas é o estado com mais municípios do Brasil e tem uma extensão territorial equivalente à da França. Então é um desafio muito grande que, para ser superado, é preciso dessa atuação transversal, dialogando com atores muito diversos, porque são também muito diversas as realidades das regiões do nosso estado.

Na medida do possível, buscamos percorrer as regiões, apresentando as oportunidades que temos para que os municípios se tornem mais atrativos. E, de fato, temos conseguido diversificar. Os mais de 1 mil projetos de implantação e expansão de operações de empreendimentos atraídos, desde 2019, estão distribuídos em 330 municípios de todas as regiões do estado.

- **Quais resultados a sua pasta espera apresentar até o final da atual gestão?**

Em agosto atingimos a meta de 1 milhão de empregos formais gerados criados desde 2019 e também estamos prestes a alcançar o marco de R$ 500 bilhões, ou seja, meio trilhão de investimentos privados atraídos durante o mesmo período. Essas são metas que foram antecipadas, então queremos dar continuidade a esse processo de resultados significativos, porque o legado registrado não pode retroceder. Essas marcas servem de exemplo para demonstrar que estamos preparados para novos desafios.

- **Que mensagem a senhora deixaria para empresários e investidores que estão avaliando Minas Gerais como destino para seus negócios?**

"Minas recebe de braços abertos quem quer investir e gerar empregos". Essa frase esteve estampada, recentemente, na Cidade Administrativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e penso que ela sintetiza um conjunto de esforços que esse governo tem feito nos últimos anos para promover um ambiente de fato seguro e atraente para os empreendedores.

Minas é um estado que é conhecido pelo acolhimento singular do nosso povo. Está em nosso DNA. Mas, além de tradição, dizemos que hoje Minas é o melhor lugar para se investir e inovar no país. Temos mão de obra qualificada, produção científica robusta e, sobretudo, acadêmicos que estão cada vez mais preocupados em se conectar com as necessidades do mercado.

E mais, hoje a Liberdade Econômica é um ideal que faz parte da realidade de mais de 570 municípios mineiros, e a nossa população já entende a importância de valorizar o empreendedorismo e quem gera oportunidades. Essa mudança de pensamento está diretamente ligada aos resultados recentes da nossa economia e à mudança na vida do povo mineiro.

Então os investidores que buscam um ambiente de negócios estável, juridicamente seguro, previsível e simplificado podem ter a certeza de que em Minas estarão no lugar certo.

CEME celebra o Dia do Florescer da Autoestima da Mulher

Conselho promove evento inspirador sobre o bem-estar, o autoconhecimento e o empoderamento feminino

Em um encontro marcado por acolhimento, troca de experiências e valorização da trajetória feminina, o Conselho Empresarial da Mulher Empreendedora da ACMinas - CEME realizou, no tradicional Automóvel Clube de Belo Horizonte, a comemoração do Dia do Florescer da Autoestima da Mulher. Instituído pela Lei Municipal nº 11.636/2023, sancionada pela Prefeitura de Belo Horizonte, o Dia do Florescer é celebrado oficialmente em 21 de setembro e serve para celebrar e incentivar a reflexão sobre o bem-estar, o autoconhecimento e o empoderamento feminino.

A data é fruto de uma iniciativa do CEME, apresentada à vereadora Flávia Borja, cuja atuação em pautas de empoderamento feminino foi essencial para a tramitação e aprovação da proposta. Inspirada no modelo do CMEC – Conselho Nacional da Mulher Empreendedora e da Cultura, idealizado por Ana Cláudia Badra, a iniciativa ganhou força nacional e hoje floresce também na capital mineira.

Durante o evento, a presidente do CEME, Adriana Macena, destacou a importância de iniciativas que promovam não apenas o empreendedorismo feminino, mas o fortalecimento da autoestima das mulheres em suas múltiplas jornadas. "O Dia do Florescer é mais do que uma data comemorativa. É um lembrete de que a mulher e, no nosso caso especifico, a empreendedora precisa ser incentivada à autoaceitação, ao autodesenvolvimento e à autonomia. Sabemos que mulheres confiantes são capazes de transformar realidades e gerar oportunidades. Cuidar da autoestima é cuidar da base que sustenta nossos sonhos e nossos negócios", afirmou.

A programação contou com um café de boas-vindas, seguido por um workshop dinâmico e inspirador com a Rose Marchetti e Dulci Lima, que convidou as participantes a refletirem sobre "Vencendo a síndrome da Impostora: o poder libertador do autoconhecimento e da ação". Outro momento foi a prática, orientada por Yone Melo Fonseca, do breathwork, um conjunto de práticas de respiração consciente que utilizam o controle intencional da respiração para influenciar o estado mental, emocional e físico de uma pessoa, visando ao bem-estar e transformando emoções e tensões.

Na oficina de patchwork, guiada por Dulci Lima, as participantes utilizaram a técnica de colagem para unir pedaços de tecido de diferentes cores e padrões para criar um novo desenho: a for de lotus. O encontro foi encerrado com um almoço especial, proporcionando um ambiente de networking e fortalecimento de laços entre as empreendedoras.

Eu, associado

Conheça agora alguns dos nossos associados e suas empresas!

Kace. AI

"Nos últimos três anos, percebemos que a inteligência artificial se tornou um elemento que acelera a jornada do negócio rumo à excelência organizacional." A fala do representante da empresa, Cristiano Pimenta, ilustra a motivação para a criação da Kace. AI, uma startup que tem como missão capacitar as organizações para tirar todo o proveito do potencial da inteligência artificial.

A empresa atua em duas pontas: fornecendo aos clientes uma consultoria para identificar na empresa pontos que poderiam ser aprimorados e, depois, implementando a plataforma da Kace. AI para trabalhar esses pontos de melhoria. A Kace. AI dispõe de uma inteligência artificial generativa que atua com textos, vídeos e áudios para ajudar na criação de soluções em múltiplos formatos.

Ficus Capital

Criada em Belo Horizonte por um grupo de sócios, a Ficus nasceu inspirada em um símbolo bem mineiro – as centenárias figueiras "ficus" que se enraízam pela cidade. Thiago Penido, representante da empresa, conta que, assim como essas árvores de 30 metros de altura resistem ao tempo, a empresa busca fincar raízes sólidas no mercado financeiro, com resiliência e crescimento orgânico. Atuando desde 2020, a empresa já ocupou a 7ª posição entre os 20 melhores escritórios de investimentos do Brasil.

Thiago conta que o maior diferencial da empresa é a atenção personalizada para o cliente. "Não adianta apenas vender o produto da moda, precisamos entender se aquilo faz sentido para o cliente, para a realidade dele," ele comenta. A empresa oferece uma prateleira ampla de produtos, indo desde renda fixa a ações, fundos exclusivos e câmbio.

Grupo Partners

Com uma atuação voltada para criar estratégias de comunicação para o setor público, o Grupo Partners é uma instituição com mais de 30 anos de atuação, sendo o maior grupo de comunicação de Minas Gerais, segundo o Anuário da Comunicação Corporativa 2025, da Mega Brasil Comunicação.

Dino Bastos, CEO do grupo e diretor pleno da ACMinas, compartilhou que atualmente o grupo está presente em 10 estados brasileiros e com mais de 300 colaboradores atuando em frentes como assessoria de imprensa, relações públicas, marketing 360°, publicidade institucional, conteúdo, comunicação interna, Inteligência Artificial e inteligência de dados.

O grupo é composto pelas empresas Partners Comunicação Integrada, CORP Comunicação, Agência Lebbe e Buscar ID. "O Grupo Partners mantém como diferencial a combinação entre inovação digital, forte presença regional e profundo conhecimento do setor público e privado," comentou Dino.

O tempero invisível do sucesso: Bem-estar, sustentabilidade e liderança transformadora

Eliane Maria Ramos de Vasconcellos Paes

Vice-Presidente da ACMinas

Em tempos de transformação acelerada, não há como dissociar o pilar social dos aspectos ambientais e de governança. Tudo está interligado, pois o impacto de qualquer ação organizacional recai, inevitavelmente, sobre as pessoas. Para prosperar nesse cenário dinâmico, é essencial evoluir na gestão de pessoas com ambidestria: a capacidade de equilibrar eficiência operacional com adaptação estratégica. É o verdadeiro "*business to be*" — uma organização com propósito, consciência e impacto positivo.

Se você lidera pessoas, reflita: como está o sal da sua cultura? Está na medida certa para nutrir, engajar e transformar?

O bem-estar é o tempero que define o sabor da cultura corporativa. E essa metáfora do sal carrega um peso histórico. Desde a Antiguidade, o sal foi mais que condimento: foi moeda, símbolo de poder e base de rotas comerciais. Impérios como o Romano pagavam seus soldados com "salarium", origem da palavra salário. O sal preservava alimentos e sustentava civilizações. Hoje, o bem-estar preserva vínculos, sustenta relações e dá sabor à convivência.

Como o sal, o bem-estar precisa da medida certa. Bem dosado, fortalece vínculos e transforma ambientes. Em excesso, sufoca. Em falta, empobrece e adoece. Presença, escuta e leveza são ingredientes essenciais para relações seguras e nutritivas. Criar ambientes de segurança psicológica é papel da liderança contemporânea — espaços em que as pessoas podem ser quem são, expressar vulnerabilidades e contribuir com autenticidade. Esse cuidado começa dentro de cada indivíduo: o autocuidado é o primeiro passo para cuidar do outro. Líderes que cultivam autoconhecimento, equilíbrio emocional e práticas de bem-estar tornam-se mais aptos a construir vínculos saudáveis e inspirar confiança.

A ciência confirma o que a prática revela. O maior estudo de Harvard sobre felicidade e saúde, com mais de 80 anos de acompanhamento, concluiu: relacionamentos de qualidade são o fator mais determinante para uma vida longa e feliz — mais do que riqueza ou poder. Essas descobertas estão no livro "A Boa Vida", de Robert Waldinger e Marc Schulz. Conexões humanas profundas são "analgésicos sociais", capazes de proteger a saúde mental, reduzir o estresse e aumentar a longevidade.

No mundo corporativo, dados da Gallup mostram que apenas 21% dos profissionais se sentem engajados, e esse desengajamento custa à economia global US$ 7,8 trilhões por ano. A McKinsey reforça: colaboradores com experiências positivas têm melhor saúde, são mais inovadores e performam melhor.

Cuidar das pessoas é cuidar do negócio. A gestão do bem-estar emocional precisa ser proativa, conectando pessoas, propósitos e valores em torno de causas comuns. Em muitos contextos, o que adoece não é a carga de trabalho, mas a forma como ela é conduzida. Lideranças tóxicas, ambientes de pressão constante e relações marcadas por medo corroem a saúde mental e minam a confiança. Mais que prática pontual, o cuidado é postura contínua: escuta ativa, corresponsabilidade e construção conjunta. Culturas que promovem segurança emocional fortalecem o tecido humano das empresas e ampliam o impacto social. Quando o cuidado é parte da estratégia, ele deixa de ser discurso e vira transformação.

Essa abordagem está ligada ao pilar social da sustentabilidade corporativa. É no humano que reside o maior potencial de transformação. Saúde mental, diversidade, inclusão e impacto comunitário são essenciais para construir organizações mais humanas e resilientes. O bem-estar é mais que empatia — é estratégia de alto impacto, que transforma pessoas, fortalece culturas e impulsiona resultados reais.

Segundo a Singularity Brasil, até 2030 poderemos alcançar a "velocidade de escape da longevidade", vivendo um ano adicional para cada ano vivido. Nesse cenário, o desafio não será apenas acompanhar a longevidade, mas garantir qualidade nesse tempo ampliado. A resposta está em buscar o bem-estar como pilar estratégico para o futuro das organizações e da sociedade.

O networking da economia mineira antes mesmo de existir essa palavra.

Uma nova marca,
um novo portal,
um novo jornal impresso.
Essencial para entender
a economia e os negócios
em Minas, há 92 anos.

Diário do Comércio

A impressão digital
da economia mineira.